

# **DA PÓS-INDEPENDÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL E OS DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES NA ÁFRICA AUSTRAL: ANÁLISE COMPARATIVA DE MOÇAMBIQUE, ILHAS MAURÍCIO E TANZÂNIA**

**Autores: Kjeld Jakobsen e Daniela Sampaio de Carvalho**

## **Introdução**

No início da metade do século 20, enquanto vários países da América Latina introduziam políticas oposicionistas ao modelo econômico agro-exportador, através da implementação do desenvolvimentismo, a maioria dos países da África Austral ainda se encontrava no processo de conquistar a independência nacional.

Com o término da colonização, essas nações foram confrontadas pela necessidade de construir uma unidade nacional e promover o desenvolvimento econômico autônomo, que significava superar as dificuldades relacionadas com a diversidade étnica e cultural e o déficit de acúmulo de capital nacional que caracterizava os novos países. Por esta razão, os países procuraram alternativas de desenvolvimento que conseguissem se adequar às sociedades multiplurais africanas e ao mesmo tempo romper por completo com o sistema colonial de dependência. Determinados países implementaram regimes socialistas, o que refletia a conjuntura internacional da Guerra Fria; outros promoviam a política de “países não alinhados” com o confronto do Oeste e Leste em defesa da cooperação Sul-Sul. E muitos países em seus primeiros anos de independência, enfrentaram imensos problemas internos com conflitos sangrentos e regimes autoritários.

No início dos anos 80, as crises econômicas e políticas do continente indicavam que os modelos alternativos de desenvolvimento haviam falhado. Diante deste quadro e com a imposição das instituições internacionais as nações aderiram aos programas de reajustamento estrutural preconizados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Este modelo implicou em uma larga privatização e liberalização da economia e conduziu à alteração das relações laborais e do papel do Estado enquanto agente de desenvolvimento. O resultado foi uma profunda transformação no idealismo existente no continente nos primeiros anos após a independência.

No atual momento, apesar de alguns países da região da África Austral apresentar índices econômicos e sociais proeminentes, como as Ilhas Maurício e Botsuana, o regime neoliberal parece apresentar os mesmos desafios para todos os trabalhadores e sindicatos da região. Atores sociais que se encontram diante de um cenário caracterizado por altas taxas de desemprego, diminuição dos salários e direitos trabalhistas, declínio do poder de barganha sindical, aumento do trabalho informal, etc.

Conseqüentemente, as respectivas sociedades se deparam com o desafio de repensar um novo modelo de desenvolvimento que consiga interromper a degradação social do sistema neoliberal para promover um desenvolvimento igualitário e redistributivo. Sendo a motivação da proposta deste artigo auxiliar na reflexão da possibilidade de construir este modelo a partir da perspectiva dos trabalhadores que devem redefinir o seu papel nesse cenário.

## MOÇAMBIQUE

A história de Moçambique apresenta quatro fases distintas: A primeira fase, de 1800 até 1975, é o período da colonização Portuguesa; a segunda fase, de 1975 até o início da década de 80 é a época pós-independência quando é instituído um regime socialista. A terceira fase, de 1980 até 1990, se inicia a transição do regime socialista para o capitalista e, por fim o período pós 1994 até os dias atuais, caracterizado pela introdução de um regime político multipartidário e de economia neoliberal (Pitcher, 2002).

Cada um desses períodos teve momentos conturbados e desafiadores, assim como em outros países africanos. Contudo, a história de Moçambique é marcada por peculiaridades que a diferencia de outros países da África Subsaariana. Uma das diferenças apontadas por Pitcher (2002) é a transição do período pós-independência que se movimenta de um regime colonial, capitalista e autoritário para um sistema socialista independente e altamente centralizador.

Outro elemento particular das transições políticas e econômicas da história de Moçambique é que em nenhuma dessas fases ocorreu um verdadeiro colapso do regime anterior. Na verdade, as ideologias e instituições da fase precedente costumam influenciar os períodos posteriores. Como exemplo, Pitcher (2002) aponta que elementos dos regimes coloniais e socialistas continuam presentes na interação do estado com os atores sociais em Moçambique. Essa perpetuação das práticas e ideologias é o que assegura o controle do estado, a subordinação e o impedimento da resistência dos trabalhadores. Para Pitcher (2002) está falta de ruptura impossibilita qualquer iniciativa de mudança ou renovação das velhas instituições e de nascimento de uma sociedade civil atuante.

Nos parágrafos seguintes serão abordadas brevemente as fases da história de Moçambique com foco no período pós-independência. O objetivo é apresentar a história deste país para compreender como cada um desses períodos impacta nas relações entre estado e sociedade civil e conseqüentemente o seu processo de desenvolvimento. Por fim, será apresentada sinteticamente a curta história do sindicalismo Moçambicano para compreender os desafios encontrados pelo movimento atualmente.

### **História de Moçambique Pós- Independência.**

A primeira fase da história de Moçambique é marcada pelo domínio colonial Português que controlava o país como uma província ultramarina e estimulava a rivalidade entre tribos para impedir o surgimento de qualquer sentimento nacionalista. Mesmo assim, existiam vários movimentos que reclamavam a independência por meio de greves e manifestações.

Na década de 70, Portugal enfrentou um movimento nacionalista unificado, de resistência a colonização, guiado pela Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique). Após uma guerra de 10 anos foi conquistada a independência de Moçambique, em 1975, na seqüência da Revolução dos Cravos em Portugal.

Com o fim da colonização a Frelimo transformou-se em um partido político, de caráter ideológico marxista-leninista, que objetivava restituir ao povo moçambicano os direitos que lhe tinham sido negados pelas autoridades coloniais. Deste modo, o governo da Frelimo, traçou a construção de uma economia socialista que procurou eliminar as estruturas de opressão e exploração coloniais, construir uma economia independente e edificar uma democracia popular.

Para realizar essas transformações o governo interveio fortemente na economia, eliminando a propriedade privada e nacionalizando os principais serviços (saúde, educação, habitação, transportes, fábricas, etc). Essas medidas eram consideradas pelo governo de extrema importância tanto por permitir o controle direto do Estado das principais áreas econômicas e de serviços como para promover o acesso amplo dos cidadãos aos mesmos.

Contudo, a independência e as nacionalizações ocasionaram o abandono do país de milhares de cidadãos portugueses, em sua grande maioria proprietários de fábricas e comerciantes além de profissionais qualificados.

De acordo com Hanlon (1984), esse êxodo provocou um grave problema econômico devido a falta de preparo de grande parte dos trabalhadores Moçambicanos para gerenciar os seus locais de trabalho. O êxodo dos portugueses provocou a paralisação de inúmeros comércios e fábricas que ocasionou a perda de 10.000 postos de trabalho e, conseqüentemente gerou um rápido declínio da economia (Egero, 1992).

Diante deste cenário, o estado Moçambicano foi forçado a gerir desde uma pequena mercearia até os estabelecimentos industriais de grandes proporções. Para isso organizou um sistema de auto-gestão, na qual um comitê de produção<sup>1</sup> constituído por trabalhadores gerenciava o abandono das fábricas, assegurava a gestão das propriedades e prevenia as sabotagens dos colonizadores aos equipamentos e edifícios das empresas. De acordo com Hanlon (1996) inexistia qualquer separação entre os comitês de produção e o partido Frelimo, sendo este que se encarregava da seleção dos membros. Como veremos mais adiante, essa relação íntima dos comitês de trabalhadores com o estado determinou significativamente o perfil do sindicalismo moçambicano e marca a sua ação política até os dias atuais.

Além das nacionalizações dos serviços, outra medida central do governo para o desenvolvimento do socialismo foi a políticas que visavam à socialização do campo. A estratégia ao organizar aldeias comunais buscava integrar o setor produtivo rural com a indústria. A intenção era promover o aumento da produção agrícola, ao mesmo tempo em que melhorava as condições de 80% da população de Moçambique que neste momento se localizava no campo. Ao governo caberia assegurar para as aldeias à provisão de insumos e, a compra da produção de rendimento. No entanto, a ação do estado não conseguiu acompanhar o esforço dos camponeses.

Essas medidas do governo Moçambicano procuravam, de acordo com palavras de Samora Machel, vencer a dependência econômica de Moçambique, que consistia em pagar mais por produtos industrializados e vender a força de trabalho a preços ínfimos. Samora tinha consciência que para atingir este objetivo seria necessário deslocar o país de sua tradicional posição periférica na divisão internacional do trabalho, de mero vendedor de matéria prima barata para fornecedor de produtos industriais. A partir deste intuito foi aprovado o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), que previa ultrapassar o subdesenvolvimento em 10 anos, através da promoção do desenvolvimento industrial tardio. No entanto, as metas deste programa eram extremamente ambiciosas, porque para serem concretizadas dependiam de um recurso financeiro inexistente no país e de difícil mobilização externa diante do contexto internacional.

Deste contexto também faziam parte o conturbado panorama de luta armada local e regional no qual Moçambique estava inserido. Como veremos nos parágrafos abaixo desde sua independência o país conviveu com guerras contínuas. Já em 1975,

---

<sup>1</sup> Esses comitês também eram denominados de Grupos Dinamizadores ou conselhos de produção.

meses depois do término da colonização, o país sofreu ataques militares do país vizinho provocados pela solidariedade de Moçambique a luta do povo da Rodésia (atual Zimbábue). Além de sofrer esses ataques Moçambique resolveu bloquear o comércio externo da Rodésia, através do fechamento dos portos, medida que ocasionou perdas relevantes de receita.

Em 1980, mesmo com a independência do Zimbábue, Moçambique continuou a enfrentar ações militares oposicionistas. Desta vez, o movimento emergiu internamente a partir de setores tradicionais da sociedade e dissidentes da Frelimo que não aceitavam o governo socialista. Essa oposição, denominada de Renamo (Resistência Nacional de Moçambique), detinha o apoio de países vizinhos como o regime sul africano do Apartheid. Com o tempo as ações militares da Renamo, que atingiam alvos econômicos estratégicos, aumentaram de intensidade e se ampliaram para todas as regiões do país transformando-se em uma guerra civil.

As dificuldades para o estabelecimento da paz ajudaram a inviabilizar o desenvolvimento do regime socialista e, marcou decisivamente a história de Moçambique no período pós-colonial. No entanto, de acordo com Pitcher (2002), as crises vividas pelo regime socialista foram ocasionadas também pela ineficiência do centralismo do governo. O autor argumenta que a burocracia e a inflexibilidade do estado resultaram em dificuldades na formulação dos planos de produção das empresas, assim como na incapacidade de controlar as mesmas para responder às dinâmicas do mercado.

Na mesma linha, Pitcher (2002) aponta a ineficácia do governo em atingir as metas de produção agrícola, o que ocasionava carência de bens de consumo no mercado e, conseqüentemente o surgimento do descontentamento da população. Ao mesmo tempo, a política de socialização do campo alcançou resultados muito modestos, sendo que em determinadas regiões as aldeias comunais foram meras réplicas do formato colonial de produção agrícola (Mosca, 1999). Para Pitcher (2002) nos erros do estado em se articular com a área rural estaria à explicação da adesão da população do campo à Renamo e conseqüentemente a formação de mais um inimigo interno.

No início da década de 90 o governo de Moçambique começou a enfrentar graves crises alimentares, ocasionada por secas que assolavam o país. Em 1983, Moçambique demonstrou o primeiro sinal de que teria que aderir aos programas, do Banco Mundial e do FMI, ao solicitar ajuda alimentar à comunidade internacional. Em 1986, com o descontentamento interno crescendo e o apoio de parte da sociedade às ações militares da Renamo, o governo teve de abandonar a sua política de "socialização do campo".

Diante da erosão do estado, o crescimento dos conflitos domésticos e a falta de capital (um dos constrangimentos mais sérios para os planos de desenvolvimento) o governo reconheceu a inevitabilidade de pedir ajuda ao ocidente. Em 1987, Moçambique assina um acordo com o Banco Mundial e FMI, assumindo inúmeras mudanças econômicas e políticas que causaram o abandono das políticas "socialistas". O respectivo acordo previa a introdução de medidas condizentes com a cartilha neoliberal do Consenso de Washington.

Assim, nos anos subseqüentes o estado de Moçambique implementou um programa de reforma estrutural que consistia em privatizar as empresas estatais e abrir a economia para todos os tipos de investimento estrangeiro. Apesar de tudo, é necessário reconhecer que a implementação destas políticas representou a única alternativa no momento para apoiar a reconstrução nacional e, provavelmente tenha sido uma condição indispensável para o final da guerra civil, em 1992.

A partir deste momento se encaminhou o processo de paz dirigido pelas Nações Unidas que ajudaram no desarmamento das tropas e, na organização das primeiras eleições gerais multipartidárias, em 1994. As data marca a mudança do regime socialista com uma agenda nacionalista e de economia planificada para o domínio da economia de livre mercado, investimento estrangeiro e dependência dos empréstimos do Banco Mundial.

### **Efeitos da Reforma Estrutural**

Deve-se ressaltar que Moçambique apenas introduziu a reforma estrutural após imensas pressões internacionais. Com a adesão de Moçambique ao pacote do FMI e Banco Mundial, a ajuda externa dobrou e, a partir de 1990 enviaram US\$ 1,0 bilhão por ano. Essas quantias transformaram o país no maior beneficiário de ajuda internacional na África Subsaariana (Hanlon, 1996). Essa imposição do programa fez com o governo privatizasse todos os setores, implementasse a austeridade orçamentária e a liberalização dos mercados. Assim, Moçambique seguiu religiosamente as prescrições do Banco Mundial, a ponto de ser considerado pelas instituições um bom exemplo aos países em desenvolvimento.

No entanto, a percepção otimista dessas instituições em relação ao reajustamento estrutural não é compartilhada por todos os especialistas. Determinados autores lembram que atualmente Moçambique é um dos países mais pobres do mundo. Apesar das impressionantes taxas de crescimento econômico dos últimos anos e do encorajador progresso em termos de desenvolvimento alcançado, a pobreza continua grave e generalizada.

Esses autores afirmam que a adoção das medidas neoliberais trouxe conseqüências sociais graves, como os efeitos negativos na área trabalhista. Na medida em que as empresas reduziram seus quadros de funcionários provocando demissões coletivas<sup>2</sup> além de flexibilizarem e precarizarem o trabalho. Do mesmo modo a redução das prestações assistencialistas do Estado foram efeitos negativos dos programas de reajustamento estrutural. Para Pitcher (2002), a desregulação da economia promoveu o descontentamento diante da nova relação entre empregado e empregador.

Outro fator apontado pelos críticos do neoliberalismo é que as privatizações e a liberalização do comércio não beneficiaram a maioria dos cidadãos moçambicanos. Além disso, o acesso á cidadania é cada vez mais seletivo, as reformas beneficiaram uma pequena minoria da população, particularmente os comerciantes de origem asiática e altos funcionários do Estado (Francisco, 2003).

### **Movimento Sindical de Moçambique**

O estado no período do regime socialista considerava os sindicatos como um instrumento de cooperação do Estado e da Frelimo. No bojo das reformas do ajuste estrutural o governo converteu os conselhos de produção na Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM). Os conselhos eram organizações de trabalhadores gerenciados pelos grupos dinamizadores.

A OTM era encarregada de elaborar os programas dos sindicatos, nomear os corpos diretivos. Já as decisões sobre questões trabalhistas continuavam sendo

---

<sup>2</sup> De 1987 até 2000, foram demitidos pelo menos 100 mil trabalhadores, a maior parte destes sem que tivessem recebido salários há mais de dois anos de trabalho e, evidentemente, sem que tivessem recebido qualquer indenização (Pitcher, 2002).

unilateralmente pelo governo. Aos representantes dos trabalhadores cabia a tarefa de receber e difundir as posições do governo. (Egero, 1992). Dessa forma, fica claro que a criação dos sindicatos não surge através de um processo liderado pelos trabalhadores, mas como uma iniciativa estatal (Assis, 1997). Em consequência, a ação dos sindicatos neste período apenas procurava colaborar com o Estado socialista e nunca confrontá-lo.

Em 1990, a constituição moçambicana introduziu a democracia liberal, multipartidária, e ampliou os direitos e liberdades sindicais. A nova conjuntura fez com que a OTM deixasse de ser uma organização filiada á Frelimo, transformando-se numa central sindical e, emergiu uma nova central, embora pequena e composta por apenas três sindicatos nacionais, a CONSILMO (Confederação Nacional dos Sindicatos Livres de Moçambique). O atual número de trabalhadores sindicalizados se situa em torno de 90.000.

Contudo, essa nova estrutura sindical moçambicana apresenta extrema dificuldade de enfrentar o contexto neoliberal de insegurança no trabalho, piores nas condições trabalhistas e altas taxas de desemprego. A realidade é que no novo contexto político e econômico os sindicatos se transformaram em órfãos do governo e do Estado, na qual a ação dos dirigentes sindicais é ambígua, repartida entre o apoio as velhas alianças político-partidárias e a necessidade de confrontar os patrões ou o próprio Estado. Essa incapacidade dos sindicatos em responder aos problemas colocados com a liberalização é reveladora da dependência estatal existente no período do regime socialista, que até o presente momento não foi superada. Assim as organizações sindicais moçambicanas se encontram em uma verdadeira crise de identidade.

Além disso, os sindicatos enfrentam uma crise de legitimidade produto do distanciamento em relação á base. O sintoma forte dessa crise é o fato dos trabalhadores decidirem organizar determinadas ações à revelia dos organismos sindicais, como é o caso rotineiro no setor de segurança privada e mais recentemente numa greve de trabalhadores de uma usina de açúcar.

As dificuldades dos sindicatos Moçambicanos também estão relacionadas com a natureza e complexidade dos problemas. Por serem confrontados com situações de difícil compreensão e sem instrumentos de controlar, como é o caso das reformas neoliberais. Para enfrentar estas questões é necessário formular estratégias de luta e de mobilização social inovadoras, como a democratização interna das organizações, articulação nacional e internacional, e envolvimento em lutas sociais locais como a ampliação dos direitos a cidadania, etc.

Além disso, os sindicatos de Moçambique precisam se libertar dos tentáculos do estado e confrontar o governo quando necessário, como, por exemplo, para conquistar o reconhecimento do sindicato dos servidores públicos. É fundamental as organizações sindicais de Moçambique ampliem suas atividades para abrangerem os setores trabalhistas mais relevantes que se encontram na área rural e informal.

## **ILHAS MAURÍCIO**

As Ilhas Maurício colonizada sequencialmente pela Holanda, França e, a partir de 1810 pela Inglaterra, localizam-se no Oceano Índico a sudeste do continente africano e da ilha de Madagascar. Grande parte da população deste país é de origem indiana resultado da migração estimulada pelos ingleses, em meados do século XIX, para suprir a necessidade de mão de obra na produção do açúcar. O cultivo da cana

de açúcar introduzido no início da colonização inglesa é um componente importante da economia até hoje.

Os primeiros sindicatos na ilha datam de 1936, fortemente influenciados pelos imigrantes indianos que foram também responsáveis pela fundação do Partido Trabalhista Mauriciano (PTM). O respectivo partido logo depois de sua fundação disputou a hegemonia política com o Partido Social Democrata de Maurício (PSDM). Este último apesar do nome era conservador e representava principalmente os interesses dos colonos de descendência francesa. No final da década de 50, alguns grupos muçulmanos criaram o Comitê de Ação Muçulmana que junto com o PTM teve uma grande relevância na luta pela independência.

Após o final da segunda guerra mundial inicia-se o processo de independência das Ilhas Maurício que foi concluído em 1968 de forma relativamente pacífica. Nos anos subsequentes o país foi uma monarquia parlamentarista membro do Commonwealth Britânico até 1992, quando se proclamou a república de sistema parlamentarista. A partir desta data passaram a ocorrer eleições regularmente.

Apesar do PSDM se opor à independência, os governos de 1968 a 1982 foram de coalizão entre o PTM e o PSDM com uma linha política de direita. A tendência conservadora deste governo pode ser exemplificada na medida em que as Ilhas Maurício permitiram que o governo racista da África do Sul instalasse uma “zona franca de exportações” em Port Louis, para evitar as sanções internacionais que lhe foram aplicadas.

Na década de 1970 surgiram partidos progressistas, como o Movimento Militante de Maurício (MMM) que venceu as eleições, em 1982, em aliança com o Partido Social Mauriciano (PSM). Esses partidos se elegeram prometendo a redução dos vínculos econômicos com a África do Sul, nacionalização dos setores estratégicos da economia e aumento dos salários. No entanto, este governo durou apenas um ano devido à crise econômica e cisões nos partidos tradicionais.

No mesmo período as Ilhas Maurício foram assoladas por uma crise econômica, caracterizada por altas taxas de desemprego e balança de pagamentos desfavorável. Esta conjuntura criou um clima favorável para mudanças no paradigma produtivo do país, que resultou na adoção ao programa de ajuste estrutural do FMI e BIRD em troca de empréstimos.

A adesão ao programa, no início da década de 1980, fez com que o governo introduzisse políticas de liberalização comercial gradual, gestão da taxa de câmbio e revisão das estruturas fiscais para estimular a produção e reduzir a evasão fiscal. Ao mesmo tempo, inseriu-se uma harmonização dos incentivos oferecidos aos programas de substituição de importação e as políticas da indústria de exportação.

É importante ressaltar que as Ilhas Maurício conheceram duas relevantes fases de desenvolvimento industrial que transformaram gradualmente a estrutura econômica nacional. A primeira fase iniciou-se com a implementação de um programa de substituição de importação no início dos anos 70, mas que se tornou limitado devido ao reduzido mercado local. A segunda fase, durante os anos 80, baseada nas indústrias transformadoras e de serviços localizadas nas “Zonas Processadoras de Exportação” (ZPE) direcionou o país tanto à substituição de importação como ao desenvolvimento da indústria de exportação.

A partir da segunda fase o emprego aumentou acentuadamente, particularmente nas ZPEs. De acordo com Rodrik (1999), esse fenômeno ocorreu porque o crescimento econômico, de 1982 a 1990, foi predominantemente baseado no crescimento de capital e trabalho refletindo em um declínio no desemprego de

20%, em 1983, para 3% no final da década. Contrastando com estes dados, no período seguinte dos anos 90, o crescimento econômico foi baseado na produtividade, ou seja, as firmas economizam no uso de trabalho focando no aumento da produção. Alteração que resulta em um aumento constante da taxa de desemprego.

### **Desenvolvimento Econômico Intervencionista das Ilhas Maurício**

Até 1968 a economia das Ilhas Maurício era caracterizada por seu baixo resultado financeiro e por sua extrema dependência à agricultura de cana de açúcar, com o desenvolvimento industrial a economia se tornou diversificada apresentando um crescimento da indústria têxtil, do setor turístico e financeiro.

Para isso ser possível o estado desempenhou um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico do país através de uma pesada intervenção com instituições fortes, especializadas e participativas. O governo também forneceu políticas de apoio com extensivos subsídios, estimulou investimento e criou a infraestrutura as ZPEs<sup>3</sup>. Paralelamente o estado procurou desenvolver a área social na qual formulou um sistema de bem estar social para garantir a melhoria da qualidade de vida priorizando a educação, saúde e meio ambiente.

Além da forte intervenção estatal, segundo Rodrik (1999), outro aspecto peculiar da transformação econômica das Ilhas Maurício, é a estratégia de uma liberalização comercial distinta. Caracterizada por uma política de abertura que promoveu a competição da importação com o setor de exportação, além de altas restrições ao comércio para não afetar as exportações. Medidas que resultaram, entre 1973 e 1999, no crescimento do PIB de 5,9% por ano, em uma taxa inflacionária de 7,8 % ao ano e, em um PIB per capita de US\$4,600<sup>4</sup>. A melhora no IDH também é substancial sendo que de 1975 para 2007, o índice aumentou de 0,626 para 0,804.

Outra característica das Ilhas Maurício que de certo modo ajudou no desenvolvimento econômico atual é a diversidade étnica. De acordo com alguns autores (Rodrik, 1999), a diversidade trouxe benefícios como a formação de comunidades (chinesas, indianas, francesas, etc) que concretizaram importantes links com o resto do mundo. Além de forçar as instituições estatais serem mais participativas, o que é um fator essencial para a manutenção da estabilidade, das leis e das regras.

Contudo, o setor de açúcar ainda ocupa um lugar central na economia mauriciana e tem sido um parâmetro determinante na estratégia de desenvolvimento do país. A questão é que este setor é fortemente dependente do mercado europeu, afinal mais de 90% das exportações deste produto tem o preço garantido pelo regime preferencial da União Européia (no âmbito da Convenção Lome). O setor têxtil também é altamente dependente da isenção de quotas nos mercados Europeus.

Todavia, com as alterações introduzidas nos acordos da OMC é provável que, além do término do Acordo de Multi-Fibras ocorram também a redução global das tarifas e do regime de preferências da União Européia. Desta forma Maurício terá seu

---

<sup>3</sup> Os ZPE tem um importante papel nas transferências tecnológicas e transmissão de competências e know-how, tanto no plano do comércio intra-firma e os níveis inter-empresa, entre empresas nacionais e estrangeiras.

<sup>4</sup> No ano de 2003.

mercado de exportação gravemente afetado sendo obrigado a concorrer com produtores agressivos da China e Bangladesh.

Para sobreviver à erosão da preferência comercial o governo das Ilhas Maurício precisará reestruturar a indústria têxtil e açucareira. Além de continuar a desenvolver sua atual estratégia de desenvolvimento de instituições financeiras locais e promoção de uma indústria de tecnologia de informação

### **Movimento Sindical das Ilhas Maurício**

Atualmente a população total das Ilhas Maurício é de aproximadamente 1,2 milhões de habitantes. O número de trabalhadores sindicalizados é em torno de 150.000, o que representa um índice de sindicalização de aproximadamente 20%. Quantidade relativamente alta para o continente africano e, um país onde grande parte de suas indústrias funcionam nas “Zonas Francas” ou “(ZPE)”. Contudo, nestas áreas o índice de sindicalização cai para 9%.

As três principais centrais nacionais são: o Congresso de Sindicatos de Maurício (MTUC) com 25.000 filiados, o Congresso do Trabalho de Maurício (MLC) com 30.000 filiados e a Confederação Nacional dos Sindicatos (NTUC) com 59.000 filiados. Atualmente, todas são filiadas internacionalmente à CSI e a divisão existe por motivos ideológicos e diferentes vínculos partidários.

O movimento sindical é muito pulverizado, pois há centenas de sindicatos e federações de trabalhadores no país que representam trabalhadores do setor privado e público divididos por origem étnica ou ideológica.

A Constituição do país prevê o direito dos trabalhadores de formarem sindicatos e se filiarem a eles. A legislação de acordo com os relatórios anuais da CSI é razoavelmente compatível com os padrões trabalhistas internacionais.

Há direito de greve que, no entanto, é restringido por um período de “esfriamento” de 21 dias entre a convocação e o seu início. Durante este período, o Ministério do Trabalho pode promover alguma conciliação ou arbitragem junto à Corte Industrial. O Ato de Relações Industriais (IRA) também prevê que o governo pode declarar a greve ilegal se avaliar que ela prejudica a economia nacional.

De maneira geral, a legislação trabalhista assegura os mesmos direitos dos trabalhadores das ZPE’s que os demais. No entanto, nas “zonas francas” há uma diferença quanto à jornada de trabalho que é de 45 horas semanais adicionadas por até 10 horas extras compulsórias que não são pagas contra uma jornada semanal de 35 a 48 horas nos demais locais de trabalho. Além disso, o trabalho noturno de mulheres é permitido nas ZPE’s e não há licença maternidade a partir do terceiro filho.

Mesmo com estas diferenças, os empresários das “zonas francas” frequentemente deixam de cumprir a lei e colocam inúmeros obstáculos para o acesso dos organizadores sindicais aos seus empregados. Essas restrições possivelmente explique a baixa taxa de sindicalização dessas áreas.

Desde o boom da indústria têxtil nas ilhas, os empresários das ZPE’s têm empregado grandes quantidades de trabalhadores imigrantes da China, Bangladesh, Sri Lanka e Madagascar. Os proprietários da indústria têxtil preferem a contratação de estrangeiros, pois estes são mais dóceis, aceitam longas jornadas de trabalho, salários inferiores e, sua produtividade é considerada superior a dos trabalhadores locais. Essa mão obra atualmente compõe cerca de 30% do total da força de trabalho da Ilha.

Estes trabalhadores são recrutados por intermédio de agências de emprego que cuidam de suas permissões de trabalho e viagens. Por isso, freqüentemente assumem dívidas enormes para chegar da Ásia às Ilhas Maurício. Como a permissão de trabalho é de um ano, há muitos casos em que mesmo realizando horas extras diariamente, além das 10 horas compulsórias, os imigrantes terminam o ano sem saldar sua dívida com as agências. A população e os sindicatos locais têm reagido a esta situação pleiteando a contratação preferencial de trabalhadores locais ao invés de imigrantes. A postura sindical pouco solidária não tem resolvido o problema, pois continua chegando por ano em torno de 15.000 imigrantes.

Em 2002 houve uma grande mobilização de trabalhadores imigrantes depois que duas mulheres chinesas morreram desgastadas pelas más condições de trabalho e atendimento médico precário. Uma de pneumonia e a outra de hemorragia cerebral. Por cinco dias os trabalhadores se manifestaram em frente à embaixada chinesa e somente se dispersaram após uma intermediação do Ministério do Trabalho junto aos empresários das ZPE's e os donos das principais agências que prometeram reformar o sistema.

Atualmente, quando as empresas nas ZPE's passam por dificuldades devido à concorrência mais barata em outros países, por pressão dos empresários, a tendência do governo tem sido a de propor modificações na legislação trabalhista no sentido de reduzir o custo da mão de obra e também dificultar a ação sindical.

Há uma campanha sindical internacional em andamento em favor de cinco dirigentes sindicais do setor da construção civil que serão submetidos a julgamento por terem organizado e participado de uma marcha contra o fechamento de uma autarquia estatal de apoio aos trabalhadores em julho de 2006, o que demonstra haver uma atitude anti-sindical do governo, pois este somente decidiu acusá-los do suposto crime, um ano depois do ocorrido.

A estratégia do movimento sindical frente a estas tentativas de mudanças para pior, foi a de constituir uma "Plataforma Comum dos Sindicatos" como forma de unir a ação das centenas de entidades sindicais contra as alterações preconizadas pelos empresários e pelo governo nas relações industriais.

## **TANZÂNIA**

A Tanzânia é um país que resultou da unificação de duas antigas colônias, Tanganyica e Zanzibar. O primeiro havia sido colonizado por alemães que foram substituídos pelos ingleses após sua derrota na primeira guerra mundial e o segundo já era um protetorado inglês desde 1890.

A Tanganyika se tornou independente em 1961 e o Zanzibar em 1963. Poucos meses após a independência do segundo houve um acordo de unificação que os tornou a República Unida da Tanzânia sob a presidência de Julius Nyerere, o fundador do partido da União Nacional Africana da Tanganica (TANU) e o principal líder da luta pela independência. O TANU se fundiu alguns anos depois com o Partido Afro – Shirazi de Zanzibar estabelecendo o Partido Revolucionário da Tanzânia – "Chama Cha Mapinduzi" (CCM) – que governa o país até hoje.

O governo de Nyerere se caracterizou por desenvolver uma política externa fundada no não-alinhamento, defesa da unidade africana e apoio aos movimentos de libertação nacional no continente. Ele ocupou o cargo de presidente do país por 24 anos.

No âmbito interno, ele e o TANU, e posteriormente o CCM, adotaram o socialismo como objetivo estratégico a ser alcançado. Do ponto de vista político, o

regime que vigorou no país após a independência e até o início dos anos 1990, era o de partido único sob o argumento da manutenção da unidade da população para superar as conseqüências do período colonial. O pluripartidarismo somente foi instaurado como parte das reformas estruturais iniciadas em meados da década de 1980.

No processo da independência, as propriedades foram assumidas pelo Estado. A principal produção da Tanzânia era agrícola; embora também possuísse um potencial turístico imenso em função de suas reservas de animais selvagens; litoral, principalmente, de Zanzibar e montanhas. Possui ainda reservas minerais pouco exploradas até hoje.

A tática adotada inicialmente foi a de explorar a agricultura sob perspectiva de alcançar a auto-suficiência alimentar e gerar excedentes para o comércio internacional ao mesmo tempo em que haveria fortes investimentos na educação popular.

Este desenvolvimento da agricultura foi inicialmente implementada por intermédio de um sistema de exploração de propriedades comunais e métodos tradicionais de produção, denominado “Ujamaa” que significa comunidade. A expectativa era de adesão massiva ao sistema, pois não haveria proposições que provocassem grandes transformações no modo de vida tradicional da população que, em mais de 90%, viviam no campo e era uma oportunidade de geração de trabalho e renda.

As melhores terras antes da independência pertenciam aos colonizadores europeus e, na nova realidade da Tanzânia, seriam distribuídas às comunidades, habitat usual da população, que as aproveitariam por meio de seus métodos tradicionais de cultivo. Ao mesmo tempo, o espaço das comunidades seria utilizado para promover a alfabetização e capacitação das pessoas para elevar o nível tecnológico e produtivo do país.

Este modelo enfrentou várias dificuldades estruturais desde o começo. Uma foi a necessidade de ampliar a quantidade de terra para o assentamento de novos agricultores o que ampliou as áreas submetidas a processos erosivos devido aos mecanismos tradicionais de produção que incluíam queimadas e também porque algumas áreas eram pobres em nutrientes e se esgotavam rapidamente.

A produtividade do modelo agrícola não atingia os níveis necessários, pois as formas tradicionais de cultivo eram de subsistência e não voltadas para a produção em escala e para exportação. Além disto, a capacitação técnica não se desenvolvia na rapidez necessária para superar esta lacuna e não havia recursos para investir suficientemente em irrigação e fertilizantes. Desta forma, havia uma busca incessante por novas áreas cultiváveis, o que levou à destruição de áreas florestais importantes, quase 60% da mata nativa, e o abandono de largos territórios em função da erosão.

A intenção de acelerar e ampliar a produção também levou ao assentamento forçado de muitas comunidades. Como nem sempre havia lugar para novos assentamentos nas regiões de preferência de algumas delas, os habitantes destas comunidades eram forçados a se deslocar para outras áreas, o que freqüentemente levava a conflitos, normalmente, neutralizadas pelo governo.

Outro problema era a falta de estrutura para distribuir a produção, fosse internamente, fosse para a exportação. Uma das heranças malditas do colonialismo era a falta de equipamentos e quadros técnicos entre a população nativa. Durante o período colonial era quase impossível para os nativos acessarem bons empregos e escolas. Os funcionários qualificados profissionalmente e os proprietários de

equipamentos e meios de transporte nas colônias eram os europeus. Como estes, em grande maioria, se retiravam após a independência, muitas novas nações africanas tiveram que reconstruir tudo praticamente do zero, o que foi também o caso da Tanzânia.

Na segunda metade da década de 1970 houve uma queda acentuada nos preços mundiais de commodities agrícolas como café, algodão, castanha de caju, especiarias, entre outros, e um aumento expressivo no preço de manufaturas o que prejudicou enormemente a balança de pagamentos da Tanzânia dependente da importação de muitos bens que não produzia.

Em 1978 houve uma guerra entre Uganda governada por Idi Amin e a Tanzânia, vencida por esta última que inclusive colaborou ativamente para a queda do ditador ugandense. Porém, o custo desta mobilização armada contribuiu para corroer ainda mais as combalidas finanças públicas. O advento de uma prolongada seca no início dos anos 1980 foi a “pá de cal” que acelerou o desequilíbrio financeiro do país, aumentou sobremaneira a dívida externa e obrigou o governo a reduzir fortemente seu apoio ao “Ujamaa”.

Neste momento, a Tanzânia se tornou extremamente dependente da cooperação internacional para importar bens de primeira necessidade, inclusive alimentos e paulatinamente começaram a ocorrer movimentos no governo e no CCM à procura de uma política alternativa.

O governo Nyerere foi marcante na história da África pela tentativa de desenvolver um modelo econômico embasado na realidade africana na busca do rompimento com os laços de dependência centro-periferia como tentavam tantos outros países do Terceiro Mundo na Ásia, África e América Latina na mesma época e com maior ou menor sucesso.

No entanto, a sua política foi insuficiente para superar as heranças do colonialismo e gerar um novo modelo de desenvolvimento. Obviamente, as mudanças na conjuntura internacional e os vínculos externos da Tanzânia também contribuíram para que isto não ocorresse.

### **Movimento Sindical da Tanzânia**

O registro histórico da criação dos primeiros sindicatos na Tanganyica data do final dos anos 1920. Eram, no entanto, entidades de ajuda mútua e não de representação dos trabalhadores. O sindicalismo moderno no país surgiu depois da segunda guerra mundial. Em 1947, havia cinco sindicatos registrados junto à autoridade colonial, em 1956 havia 23 organizações sindicais que possuíam, aproximadamente, 13.000 filiados e em 1957 foi criada a primeira central sindical, a Federação do Trabalho da Tanganyica (TFL). O primeiro sindicato reconhecido em Zanzibar data de 1956 e era o dos Trabalhadores Marítimos.

As autoridades inglesas mantinham um forte controle sobre a atividade sindical e a organização de entidades representativas dos trabalhadores. Até hoje é obrigatório o registro de novos sindicatos e é o sistema de registro nacional (“registar”) que reconhece ou não a existência de sindicatos, além de possuir poder para interferir no seu funcionamento.

O TFL foi um importante parceiro do TANU durante a luta pela independência e cresceu durante os primeiros anos de liberdade, Em 1962 já havia 182.000 trabalhadores organizados e, no mesmo ano, ocorreram 152 greves envolvendo, aproximadamente, 50.000 trabalhadores.

O período de liberdade e autonomia sindical foi breve, pois em 1964 o governo promulgou uma legislação trabalhista que, entre vários aspectos, também previa a dissolução da TFL e o reconhecimento de uma nova e única central sindical, o “Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Tanganyica” (NUTA) cujo presidente seria indicado pelo governo.

Em Zanzibar foi ainda mais draconiano. Após a dissolução dos sindicatos existentes, o governo criou a Federação dos Sindicatos Revolucionários que dois anos depois também foi dissolvido e o Departamento do Trabalho assumiu a coordenação dos assuntos sindicais, situação que perdurou até 1968.

Quando os dois partidos que atuavam nas ex-colônias Tanganyika e Zanzibar se fundiram criando o CCM, os sindicatos passaram por nova reestruturação criando a União dos Trabalhadores da Tanzânia (JUWATA) que manteve o tradicional vínculo que havia anteriormente entre os sindicatos e o TANU.

Este processo de interferência do Estado na organização dos trabalhadores se repetiu periodicamente até 2000 quando o governo provocou a quinta dissolução e reorganização das entidades sindicais desde a independência e foi estabelecida a atual estrutura com duas centrais sindicais, o Congresso de Sindicatos da Tanzânia (TUCTA) e o Congresso de Sindicatos de Zanzibar (ZATUC). Além das centrais há 16 sindicatos nacionais reconhecidos por ramos de atividade econômica, onde o sindicato dos trabalhadores na agricultura (TPAWU) e o sindicato dos trabalhadores em construção e minas (TAMICO) são considerados os mais fortes no setor privado.

O índice de sindicalização é de, aproximadamente, 1,4%, o que significa em torno de 300.000 trabalhadores sindicalizados. Havia um pouco mais em meados dos anos 1990, mas a reforma administrativa provocou muitas demissões no setor público.

Apesar da hegemonia política do CCM e o vínculo do partido com os sindicatos, o movimento sindical deu demonstrações de vontade própria em várias ocasiões a partir dos anos 1990. Em 1993 houve uma greve geral de três dias que obrigou o governo a cumprir sua promessa de elevar os salários. Em 1994 houve uma greve de professores, duramente reprimida, mas que levou à criação do sindicato nacional de professores hoje o maior do país. Em 2000 houve uma greve de 4.000 trabalhadores de uma usina de açúcar contra a demissão sem justa causa de 61 empregados desta empresa.

Diante da crise do modelo de desenvolvimento pós – independência, o governo tentou implementar programas de reestruturação próprios em 1981 e 1983 que envolviam principalmente a tentativa de atrair investimentos externos diretos.

Este objetivo não foi atingido e o presidente Ali Hassan Mwinyi que sucedeu Nyerere assinou um acordo com o Banco Mundial (BIRD) em 1986 que previa a concessão de empréstimos condicionados à adoção de um Programa de Ajuste Estrutural (SAP) pela Tanzânia.

O objetivo deste programa era clássico: aumentar a produtividade e os preços das commodities agrícolas; liberalizar o câmbio; reduzir as tarifas de importação de matéria prima para incrementar a capacidade produtiva da indústria e, finalmente, ampliar a participação do setor privado na economia.

Na segunda fase do programa houve a privatização, principalmente, do setor de serviços de telecomunicações, bancos, energia, entre outros, e a implantação de uma reforma administrativa no setor público.

O ajuste no setor agrícola contribuiu para a transferência de uma parcela importante da terra para o setor privado e o surgimento de produção em escala mais larga, principalmente, de cana de açúcar e tabaco. Por exemplo, a ocupação de terra

para cultivar tabaco cresceu 13% no início do programa. Sob estas novas condições o sistema “ujamaa” foi praticamente abandonado.

Num primeiro momento a produtividade e as exportações aumentaram, bem como o preço das commodities e os ganhos dos produtores, porém estes ganhos foram rapidamente corroídos pela inflação ascendente. A agricultura tanzaniana responde por 60% do PIB do país e por 85% dos postos de trabalho ainda que sazonais, mas a concentração de terra decorrente do SAP eliminou muitos postos de trabalho e o problema da erosão crescente nunca foi resolvido.

O balanço de praticamente 15 anos de ajuste estrutural, realizado no início de 2000, foi extremamente negativo. A renda per capita retrocedeu aos valores dos anos 1960, as matrículas escolares que no início dos anos 1980 correspondiam a 80% das crianças em idade escolar retrocederam a quase 50% e a Tanzânia continuou figurando entre os 30 países mais pobres do mundo.

No primeiro semestre de 2000 o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o BIRD concederam novos empréstimos, respectivamente, no valor de US\$ 181 milhões e US\$ 290 milhões, e estruturaram uma política de cancelamento da dívida externa.

No entanto, as condições para participar deste programa eram extremamente perversas a ponto de exigir a contribuição direta dos cidadãos para custear os sistemas de educação e saúde. Um verdadeiro contra senso, particularmente num país tão pobre, onde grande parte do montante dos dois empréstimos mencionados seria utilizada para adquirir alimentos e outros produtos necessários e não existentes no país.

A reforma do serviço público levou à demissão de milhares de servidores que foram substituídos por trabalhadores terceirizados por intermédio de empresas privadas prestadoras de serviço, o que afetou sobremaneira a estrutura do sindicato dos empregados no governo e na saúde (TUGHE), bem como reduziu o número de seus filiados.

A Tanzânia ainda é beneficiada pela imagem de Julius Nyerere como líder do movimento de libertação e da unidade africana, bem como pela sua postura pessoal absolutamente íntegra e sóbria. Seu governo é freqüentemente convidado a integrar iniciativas diplomáticas relevantes, por exemplo, a co-presidência da Comissão de Alto Nível sobre a Dimensão Social da Globalização, instaurada pela OIT em 2002.

Este caso, em particular, representou outra contradição, pois o governo tanzaniano tem poucas qualidades a apresentar na área social e trabalhista. Apesar de haver ratificado a Convenção 98 da OIT sobre o direito à sindicalização e à negociação coletiva já em 1962 e a Convenção 87 sobre liberdade sindical em 2000, até hoje a legislação trabalhista é intervencionista e desrespeitosa quanto à liberdade sindical conforme previsto no “Ato N° 10” que a regulamenta.

O “Registrar” tem amplos poderes para conceder e cancelar ou suspender o registro dos sindicatos e definir se o sindicato está agindo adequadamente e restrito ao âmbito das relações trabalhador – empregador. O modelo é o de unicidade sindical como no Brasil. As filiações internacionais dos sindicatos podem ser desfeitas se o “Registrar” assim o decidir sob risco da aplicação de multas e penas de prisão em caso de desobediência.

Realizar greves legalmente é quase impossível diante da exigência de comunicação prévia, vários processos de conciliação prévia e a proibição de realizá-las nos setores considerados essenciais cuja lista é cada vez maior.

Em Zanzibar, devido a uma série de leis locais, é ainda mais difícil registrar sindicatos e esta possibilidade vale somente para o setor privado. Nesta ilha, bem como na ilha de Pemba, as greves são simplesmente ilegais.

O relatório de Direitos Humanos e Sindicais organizado anualmente pela Confederação Sindical Internacional (CSI) assinala inúmeras violações de direitos trabalhistas como a falta de contratos regulares de trabalho e de negociação coletiva, demissões arbitrárias, violação do direito a livre organização sindical, crescimento do trabalho infantil e prática de discriminação no trabalho contra as mulheres.

Portanto, o modelo econômico e político adotado no período imediato após a independência não deu conta de promover o desenvolvimento econômico da Tanzânia e tampouco fortaleceu a organização social e política dos trabalhadores. O ajuste estrutural piorou a situação social e econômica da população e a resistência dos sindicatos em geral foi passiva e insuficiente. Não se conhece a existência de qualquer proposta sindical atual em defesa de uma alternativa de desenvolvimento do país ou da ampliação dos direitos.

## **CONCLUSÃO**

A partir desta breve exposição das histórias do período pós- independência de Moçambique, Ilhas Maurício e Tanzânia, é possível perceber que os projetos econômicos e políticos destes países procuraram eliminar os laços de dependência entre o centro-periferia e, assim romper com as amarras da tradicional divisão internacional do trabalho<sup>5</sup>. Também é possível verificar que os projetos de Moçambique e Tanzânia foram mais “radicais” do que o das Ilhas Maurício, por buscar uma completa alteração no modelo de desenvolvimento do período colonial.

As histórias desses países, diferente da história das Ilhas Maurício, demonstram que seus programas políticos buscaram uma nova forma de desenvolvimento na medida em que atentavam sobre as peculiaridades culturais e étnicas do continente africano. Ou seja, ambos introduziram políticas de desenvolvimento que procuravam romper por completo com a estrutura colonial de dependência e com o modelo de desenvolvimento ocidental<sup>6</sup>.

Essa ruptura com o colonialismo foi selada pela implantação de regimes socialistas, os quais deveriam proporcionar oportunidades iguais a todos os cidadãos com foco no desenvolvimento cooperativo da agricultura, setor que concentrava grande parte da população destes países. Moçambique tentou articular o setor rural com o urbano para desenvolver uma indústria de transformação que fosse capaz de substituir parte da importação e, assim, diminuir sua dependência econômica. Já a Tanzânia, focou na exploração da agricultura e assim buscou tanto a auto-suficiência alimentar como a geração de excedentes para exportação.

Os governos da Tanzânia e de Moçambique, ao enfrentar o desafio de edificar uma unidade nacional interna em uma sociedade multi-racial, implantaram, paralelamente, a centralização e hierarquização do poder através do sistema de

---

<sup>5</sup> Entende-se como divisão internacional do trabalho a divisão das atividades entre os inúmeros países do mundo, particularmente entre (capital) o poder dos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos (exportadores de matéria-prima) com mão-de-obra barata e geralmente de industrialização tardia.

<sup>6</sup> O modelo de desenvolvimento ocidental consiste em considerar o mundo moderno personificado pelo estilo de vida ocidental (capitalista, democrático, racionalista, científico, tecnológico, industrializado, etc) como um objetivo universal de desenvolvimento que deve ser alcançado por todas as nações. Ou seja, no geral essa visão considera o desenvolvimento capitalista nos países desenvolvidos como paradigmático.

partido único, por acreditarem que esta medida integraria a nação. Contudo, isso impediu a formação de uma sociedade participativa, gerando um controle excessivo dos sindicatos pelo Estado. Essa medida tornou os sindicatos destes países altamente dependentes até os dias atuais.

Já as Ilhas Maurício, contrastando com os modelos de desenvolvimento alternativos de Moçambique e Tanzânia, manteve um regime econômico sem rupturas bruscas com o sistema colonial. O governo de Maurício optou por realizar transformações graduais que pudessem alterar a economia baseada principalmente na exportação de açúcar para uma economia diversificada. Seguindo este intuito, o estado focou no desenvolvimento industrial através de uma política de substituição de importações.

No entanto, no início dos anos 80, as crises econômicas e políticas vivenciadas por estes países indicavam que os modelos alternativos de desenvolvimento haviam falhado. Essas crises foram resultado de inúmeros fatores, como mudanças na conjuntura internacional, déficit de acúmulo de capital nacional, catástrofes naturais, organizações estatais pouco participativas e capacitadas e conflitos internos e regionais que resultaram em guerras devastadoras. Desta forma, as estratégias alternativas socialistas (de Moçambique e Tanzânia) e de transformação gradual dentro do livre mercado (das Ilhas Maurício) demonstraram-se insuficientes para superar as heranças do colonialismo e gerar um novo modelo de desenvolvimento, libertando-se das amarras da dependência.

Com o fracasso dos projetos desenvolvimentistas, torna-se necessário voltar-se novamente para os tentáculos do ocidente. O cenário deste momento era extremamente complexo para Tanzânia e Moçambique por apresentarem uma extrema dependência das doações internacionais. É nesse contexto que, o ajuste estrutural, baseado no Consenso de Washington, foi imposto para estes países. Em contraposição, as Ilhas Maurício encontravam-se em uma situação menos delicada de dependência o que, possivelmente, ocasionou a introdução de uma reforma estrutural caracterizada pela intervenção estratégica e seletiva do estado.

Entretanto, o resultado destas reformas, no geral, foi uma completa transformação do idealismo existente no continente nos primeiros anos após a independência, que implicou em privatizações e liberalização da economia. De acordo com analistas do FMI e BIRD, Moçambique e Ilhas Maurício são considerados modelos de introdução da reforma estrutural devido aos esplêndidos índices de crescimento econômico verificado nestes países nos últimos anos. Contudo, é importante lembrar que os resultados econômicos muitas vezes não refletem melhorias no setor social, além de causarem impactos que alteram as relações laborais resultando em altas taxas de desemprego, diminuição dos salários e direitos trabalhistas.

Assim, mesmo com as discrepâncias econômicas e políticas existentes nestes países, o movimento sindical enfrenta dificuldades. Esse contexto é um grande desafio para os frágeis e débeis sindicatos, os quais possuem históricos de muita proximidade e colaboração com o Estado. Isto é consequência da experiência socialista que deixou a herança de não contestação e confrontação tanto com o setor público como com o setor privado.

Nas Ilhas Maurício, onde o movimento sindical é pulverizado e caracterizado por suas divisões ideológicas, enfrenta-se um aumento constante da taxa de desemprego e, o difícil desafio de organizar os sindicatos nas ZPE's devido à repressão dos empregadores e governos, rotatividade de trabalhadores e presença de imigrantes.

Conseqüentemente, diante dos impactos neoliberais nas relações trabalhistas, as populações destes países necessitam conceber um modelo de desenvolvimento que permita interromper a atual degradação social para sustentar uma estratégia em defesa do emprego e direitos trabalhistas e sociais. Para isso, é imprescindível alterar a posição passiva e insuficiente do movimento sindical, diante de uma legislação trabalhista que muitas vezes restringe a liberdade e autonomia sindical.

Com este intuito, os próximos passos dos movimentos sindicais destes países é desenvolver conexão e novas formas de poder, construindo espaços democráticos nos quais existam oportunidades para debate através do aprofundamento da democracia interna. Além disso, deve-se rever a tradicional prática de ativismo e também da estrutura interna como a hierarquia, corrupção, burocracia, etc.

Aos sindicatos, de Moçambique e Tanzânia cabe o desafio de se libertarem das amarras governamentais além da compreensão da importância dos trabalhadores rurais e do setor informal para a ampliação do debate político e inclusão das principais classes e grupos sociais. Ao sindicalismo das Ilhas Maurício cabe primeiramente, entender que as condições trabalhistas dos imigrantes é uma questão global e de direitos humanos que deve ser englobada pela luta sindical nacional. Posteriormente, será necessário unificar a luta sindical neste país diminuindo a pulverização.

Por fim, o importante é entender que os desafios enfrentados pelo movimento sindical destes países são semelhantes aos de outras nações. De acordo com Peter Waterman (2002) é necessário construir mundialmente um novo sindicalismo operário que adote um modelo de organização dinâmico, descentralizado, horizontal, democrático e flexível, além de ações solidárias exercidas em função das carências rotineiras dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, para esse novo sindicalismo enfrentar a constante mutação do mercado globalizado, é necessário a consolidação de uma luta cotidiana que utilize diferentes logísticas e de maior imaginação<sup>7</sup>. Só assim, será possível edificar estratégias de confronto a níveis locais, nacional e internacional e inserir-se em um contexto mais alargado de disputa pelo exercício de direitos de cidadania.

## **Referências Bibliográficas**

- Assis, A. (1997). *Movimento sindical em Moçambique: evolução e perspectivas*, Maputo: Fundação Friedrich Ebert.
- Arvind S. and Devesh R. (2001). *Who can Explain The Mauritian Miracle: Meade, Romer, Sachs, or Rodrik?*, International Monetary Fund.

---

<sup>7</sup> Como o uso da internet para promover reivindicações, denúncias e campanhas locais e internacionais além de exercer o apoio constante aos movimentos sociais, etc.

- Cristiano, A. (2005). *Neoliberalismo e Crise do Trabalho em Moçambique: O caso do Caju*, Assembléia Geral do Codesria, Maputo.
- Egero, B. (1992). *Moçambique. Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique (Estudos 8).
- Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (1999). Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio Ltda.
- Francisco, A. (2003). *Reestruturação econômica e do desenvolvimento de Moçambique*, in B. S. Santos; J. Trindade (orgs.), *Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*, pp. 141-178. Porto: Afrontamento.
- Hanlon, J. (1984). *Mozambique: the revolution under fire*. London: Zed Books.
- Hanlon, J. (1996). *Paz sem benefício. Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane (coleção Nosso Chão).
- Mosca, J. (1999). *A experiência Socialista em Moçambique (1975 – 1986)*. Estudos e Documentos 4. Lisboa: Instituto Piaget.
- Pillay, P.(2002). *The Role of the State In Economic Development In Southern, Lusaka, Zambia*, FES.
- Pitcher, M. Anne (2002). *Transforming Mozambique. The Politics of Privatization, 1975-2000. African Studies*. UK: University of Cambridge.
- Rodrik, D. (1999a) *The New Global Economy and Developing Countries: Making Openness Work' Overseas*, Development Council, London.
- Veepin B., Narainduth B. an Pynne A. (2008), *Mauritius: Policy-Making in Africa*, International Development Research Centre.
- Waterman, P., (2002). "*Reflections on the 2nd World Social Forum in Porto Alegre : what's left internationally?*," Working Papers - General Series 362, Institute of Social Studies.